

Ventos de Santo
Estevão Holding
S.A.

(Companhia em fase pré-
operacional)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Ventos de Santo Estevão Holding S.A. (Companhia em fase pré-operacional)
Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de Santo Estevão Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional gera uma incerteza significativa que pode gerar uma dúvida significativa e está condicionada ao fato de suas investidas virem a lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 31 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Ativos						Passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.348	8.677	8.998.473	1.707.612	Fornecedores	6	792.054	770.500	93.418.658	1.000.307
Impostos e contribuições a recuperar		191.039	1.025	241.925	2.561	Compensação ambiental	7	-	-	4.038.781	-
Adiantamento a empregados		-	-	19.046	8.570	Empréstimos	8	-	-	846.787.723	-
Adiantamento a fornecedores		-	-	44.326	361.938	Obrigações trabalhistas		-	-	116.946	6.460
Despesas antecipadas		-	-	49.275	41.586	Obrigações fiscais		-	274	620.864	29.344
		-	-	-	-	Outras contas a pagar		-	-	55.604	55.604
Total do ativo circulante		198.387	9.702	9.353.045	2.122.267	Total do passivo circulante		792.054	770.774	945.038.576	1.091.715
Despesas antecipadas		-	-	1.036.499	469.640	Provisão para perdas com investimento		-	-	490.981	490.981
Investimentos	4	415.225.233	26.279.652	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	490.981	490.981
Imobilizado	5	18.372	18.372	1.349.789.951	24.527.741	Patrimônio líquido	9				
Total do ativo não circulante		415.243.605	26.298.024	1.350.826.450	24.997.381	Capital social		430.993.983	27.271.983	430.993.983	27.271.983
		-	-	-	-	Prejuízos acumulados		(16.344.045)	(1.735.031)	(16.344.045)	(1.735.031)
Total do ativo		415.441.992	26.307.726	1.360.179.495	27.119.648	Total do patrimônio líquido		414.649.938	25.536.952	414.649.938	25.536.952
		-	-	-	-	Total do passivo e patrimônio líquido		415.441.992	26.307.726	1.360.179.495	27.119.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Notas	2016	2015	2016	2015
Despesas gerais ou administrativas	11	(1.418.971)	(242.354)	(16.618.715)	(1.071.344)
Resultado de equivalência patrimonial	5	<u>(15.310.418)</u>	<u>(851.105)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(16.729.389)</u>	<u>(1.093.459)</u>	<u>(16.618.715)</u>	<u>(1.071.344)</u>
Receitas financeiras	12	2.487.636	2.294	2.489.608	3.938
Despesas financeiras	12	<u>(367.261)</u>	<u>(170.099)</u>	<u>(479.907)</u>	<u>(185.402)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>2.120.375</u>	<u>(167.805)</u>	<u>2.009.701</u>	<u>(181.464)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(14.609.014)</u>	<u>(1.261.264)</u>	<u>(14.609.014)</u>	<u>(1.252.808)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo do exercício	(14.609.014)	(1.261.264)	(14.609.014)	(1.252.808)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(14.609.014)</u>	<u>(1.261.264)</u>	<u>(14.609.014)</u>	<u>(1.252.808)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Controladora			
	Capital subscrito	Capital a Integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	<u>660.000</u>	<u>(141.500)</u>	<u>(473.767)</u>	<u>44.733</u>
Capital subscrito	59.300.000	(59.300.000)	-	-
Integralização de capital	-	26.753.483	-	26.753.483
Prejuízo do exercício	-	-	(1.261.264)	(1.261.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>59.960.000</u>	<u>(32.688.017)</u>	<u>(1.735.031)</u>	<u>25.536.952</u>
Capital subscrito	446.204.000	(446.204.000)	-	-
Integralização de capital	-	403.722.000	-	403.722.000
Prejuízo do exercício	-	-	(14.609.014)	(14.609.014)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>506.164.000</u>	<u>(75.170.017)</u>	<u>(16.344.045)</u>	<u>414.649.938</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santo Estevão Holding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(14.609.014)	(1.261.264)	(14.609.014)	(1.252.808)
Equivalência patrimonial	15.310.418	851.105	-	-
Depreciação	-	-	392	-
Variações nos ativos e passivos				
Aumento (redução) em adiantamento a fornecedores	-	-	317.612	(361.938)
Aumento em impostos e contribuições a recuperar	(190.014)	(1.023)	(239.364)	(2.537)
Aumento em despesas antecipadas	-	-	(574.547)	(20.182)
Aumento em adiantamento a empregados	-	-	(10.476)	(8.570)
Aumento em fornecedores	21.555	770.500	92.418.349	1.000.307
Aumento em compensação ambiental	-	-	4.038.781	-
Aumento em outras obrigações trabalhistas	-	-	47.029	5.321
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(274)	274	590.381	29.344
Aumento em provisões trabalhistas	-	-	64.595	1.140
Aumento em outras contas a pagar	-	-	-	55.604
Caixa líquido originado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	532.671	359.592	82.043.738	(554.319)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento em investimentos	(404.256.000)	(27.130.741)	-	(27.130.753)
Aquisição imobilizado	-	(18.372)	(1.325.262.600)	(24.252.742)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(404.256.000)	(27.149.113)	(1.325.262.600)	(51.383.495)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimo	-	-	846.787.723	-
Integralização de capital	403.722.000	26.753.483	403.722.000	53.547.783
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	403.722.000	26.753.483	1.250.509.723	53.547.783
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.329)	(36.038)	7.290.861	1.609.969
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	8.677	44.715	1.707.612	97.643
No fim do exercício	7.348	8.677	8.998.473	1.707.612
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.329)	(36.038)	7.290.861	1.609.969
Transações que não afetam caixa	-	-	22.809.723	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Maracanaú, situada na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, S/N - KM 08 - Sala 102 - Distrito Industrial, Estado do Ceará, foi constituída em 1 de dezembro de 2011 sob a forma de sociedade anônima de capita fechado e até a presente data não entrou em fase operacional. Dessa forma, a continuidade operacional pode gerar uma incerteza significativa que pode gerar uma dúvida significativa e está condicionada ao fato de suas investidas (SPE) virem a lograr êxito nos processos de obtenção dos despachos de operação junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e outros órgãos competentes, bem como na obtenção de aportes de recursos na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	31 de dezembro de 2016				
	Ativo	Passivo	PL	Resultado	% de participação
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A	91.595.676	(66.890.625)	(24.705.051)	(599.348)	100%
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A	90.463.078	(62.370.394)	(28.092.684)	(464.211)	100%
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A	145.937.010	(112.086.160)	(33.850.850)	(605.944)	100%
Ventos de Santo Estevão IV Energias Renováveis S.A	108.925.975	(81.415.329)	(27.510.646)	(450.263)	100%
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A	112.431.222	(82.963.583)	(29.467.639)	(597.327)	100%
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A	64.829.444	(43.770.928)	(21.058.516)	(788.988)	100%
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A	97.967.212	(67.469.105)	(30.498.107)	(1.580.117)	100%
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A	105.938.650	(70.041.566)	(35.897.084)	(1.147.482)	100%
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A	66.968.025	(43.832.671)	(23.135.354)	(964.273)	100%
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A	119.117.921	(71.371.951)	(47.745.970)	(3.905.299)	100%
Ventos de São Virgílio 01 Energias Renováveis S.A	105.566.796	(70.489.313)	(35.077.483)	(1.114.075)	100%
Ventos de São Virgílio 02 Energias Renováveis S.A	106.401.615	(74.661.615)	(31.740.000)	(1.230.790)	100%
Ventos de São Virgílio 03 Energias Renováveis S.A	73.114.750	(50.334.415)	(22.780.335)	(776.296)	100%
Ventos de Santo Onofre IV Energias Renováveis S.A	98.732.456	(74.575.958)	(24.156.498)	(1.086.005)	100%

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Equipamentos de informática e processamento de dados	10 anos
Veículos	5 anos

2.6 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGC. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGC ou grupos de UGC que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma pró rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.9 Instrumentos financeiros

- (i) ***Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento***
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.10 Novas normas ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A companhia ainda não concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. A Companhia ainda não realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 no âmbito da IAS 39.

3 Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fundo fixo	5.000	5.000	11.000	5.000
Bancos	2.348	1	96.635	62.552
Aplicações financeiras (a)	-	3.676	8.890.838	1.640.060
	7.348	8.677	8.998.473	1.707.612

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Pine e ao Banco Bradesco, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 100% do CDI referente as aplicações do Banco Pine.

4 Imobilizado

Movimentação do imobilizado

	Controladora					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	
Imobilizado em andamento	18.372	-	-	-	-	18.372
Total	18.372	-	-	-	-	18.372

	Consolidado					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 01/01/2016	Adições	Transferências	Baixa	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	130.263	79.295	-	-	(392)	209.166
Imobilizado em andamento	3.829.602	636.591.410	-	-	-	640.421.012
Linhas de transmissões	192.233	-	-	-	-	192.233
Adiantamentos diversos	20.375.643	688.591.897	-	-	-	708.967.540
Total	24.527.741	1.325.262.602	-	-	(392)	1.349.789.951

	Controladora				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Transferências	Depreciação	
Imobilizado em andamento	-	18.372	-	-	18.372
Total	-	18.372	-	-	18.372

	Consolidado				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 01/01/2015	Adições	Transferências	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	130.263	-	-	-	130.263
Imobilizado em andamento	144.736	3.684.866	-	-	3.829.602
Linhas de transmissões	-	192.233	-	-	192.233
Adiantamentos diversos	-	20.375.643	-	-	20.375.643
Total	274.999	24.252.742	-	-	24.527.741

5 Investimentos

A Companhia possui investimentos em empresas eólicas realizados através de aportes de capital. Abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

	31/12/2016	31/12/2015
Ventos de Santo Estevão I	24.603.432	1.604.088
Ventos de Santo Estevão II	28.006.733	1.625.335
Ventos de Santo Estevão III	33.762.596	1.876.395
Ventos de Santo Estevão IV	27.510.646	3.666.909
Ventos de Santo Estevão V	29.380.594	1.869.328
Ventos de Santo Augusto I	21.026.400	1.057.115
Ventos de Santo Augusto II	30.453.887	1.650.911
Ventos de Santo Augusto VI	35852.944	1.842.334
Ventos de Santo Augusto VII	23.119.469	1.208.925
Ventos de Santo Augusto VIII	47.634.217	2.548.830
Ventos de São Virgílio 01	35.077.483	1.725.558
Ventos de São Virgílio 02	31.739.999	1.724.290
Ventos de São Virgílio 03	22.780.335	1.176.631
Ventos de Santo Onofre IV	24.156.498	2.703.003
Total	415.105.233	26.279.652

Movimentação dos investimentos

Investidas	01/01/2016	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2016
Ventos de Santo Estevão I	1.604.088	23.615.000	(599.348)	24.793.457
Ventos de Santo Estevão II	1.625.335	26.861.500	(464.211)	27.879.554
Ventos de Santo Estevão III	1.876.395	32.509.000	(605.944)	33.788.392
Ventos de Santo Estevão IV	3.666.909	24.294.000	(450.263)	27.510.646
Ventos de Santo Estevão V	1.869.328	28.124.500	(597.327)	25.946.339
Ventos de Santo Augusto I	1.057.115	20.760.000	(788.988)	21.028.128
Ventos de Santo Augusto II	1.650.911	30.399.000	(1.580.117)	30.469.794
Ventos de Santo Augusto VI	1.842.334	35.174.000	(1.147.482)	35.868.852
Ventos de Santo Augusto VII	1.208.925	22.885.000	(964.273)	23.129.652
Ventos de Santo Augusto VIII	2.548.830	49.002.000	(3.905.299)	51.056.104
Ventos de São Virgílio 01	1.725.558	34.466.000	(1.114.075)	35.077.483
Ventos de São Virgílio 02	1.724.290	31.246.500	(1.230.790)	31.740.000
Ventos de São Virgílio 03	1.176.631	22.380.000	(776.296)	22.780.335
Ventos de Santo Onofre IV	2.703.003	22.539.499	(1.086.005)	24.156.497
Total líquido do investimento	26.279.652	404.256.000	(15.310.418)	415.225.233

Investidas	01/01/2015	Aumento (redução) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Deságio	31/12/2015
Ventos de Santo Estevão I	4	1.819.496	(113.794)	(101.618)	1.604.088
Ventos de Santo Estevão II	4	1.786.496	(75.214)	(85.951)	1.625.335
Ventos de Santo Estevão III	4	2.041.196	(76.551)	(88.254)	1.876.395
Ventos de Santo Estevão IV	-	3.730.700	(63.781)	-	3.666.909
Ventos de Santo Estevão V	4	2.032.596	(76.228)	(87.044)	1.869.328
Ventos de Santo Augusto I	-	1.122.900	(33.669)	(32.116)	1.057.115
Ventos de Santo Augusto II	-	1.728.800	(33.669)	(44.220)	1.650.911
Ventos de Santo Augusto VI	-	1.920.100	(33.626)	(44.140)	1.842.334
Ventos de Santo Augusto VII	-	1.250.100	(25.290)	(15.885)	1.208.925
Ventos de Santo Augusto VIII	-	2.879.000	(218.417)	(111.753)	2.548.830
Ventos de São Virgílio 01	-	1.747.290	(21.732)	-	1.725.558
Ventos de São Virgílio 02	-	1.762.290	(38.000)	-	1.724.290
Ventos de São Virgílio 03	-	1.192.590	(15.959)	-	1.176.631
Ventos de Santo Onofre IV	-	2.728.190	(25.187)	-	2.703.003
Total líquido do investimento	16	27.741.744	(851.117)	(610.981)	26.279.652

6 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Laureano e Meirelles Engenharia Ltda.	-	-	361.941	188.007
Engineering Serviço Técnicos	-	-	790.685	41.801
Fornecedores diversos	770.500	770.500	1.740.596	770.499
Cortez Engenharia Ltda.	-	-	690.769	-
Cortez Rental Locação de Equipamentos Ltda.	-	-	2.265.340	-
Casa dos Ventos Energias Renováveis - Nota 13	21.554	-	573.411	-
Construtora Sucesso	-	-	3.229.611	-
Siemens Ltda.	-	-	6.170.154	-
GE Water e Process Technologies do Brasil Ltda.	-	-	77.377.404	-
Pincol Pré-Moldados Industriais e Comércio Ltda.	-	-	218.747	-
	792.054	770.500	93.418.658	1.000.307

7 Compensação ambiental

	Controlada		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Compensação ambiental	-	-	4.038.781	-
	-	-	4.038.781	-

A constituição de passivo ambiental está constituída de acordo com a determinação do órgão ambiental dos Governos dos Estados do Pernambuco e Piauí, e tem contrapartida no imobilizado.

8 Empréstimos (consolidado)

	Taxa de juros	2016	2015
Empréstimo (a) (b)	1,75% a.a. + Taxa DI	846.787.723	-
		846.787.723	-

- (a) As investidas possuem contratos de empréstimo firmados junto ao Santander, e são reconhecidos pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária nestes contratos denominados de Cédulas de Crédito Bancário. O vencimento dos empréstimos é em 27 de março de 2017.
- (b) Os empréstimos possuem como garantia fiança corporativa da General Electric Company, regida pelas Leis de Nova Iorque e de garantia corporativa (fiança) da Ventos de Santo Estevão Holding S.A (Holding do grupo). A fiança corporativa concedida pela General Electric Copany é garantida por meio do que segue: alienação fiduciária da totalidade das ações e rendimentos atuais e futuros das SPEs e da Ventos de Santo Estevão Holding S.A., da alienação fiduciária da totalidade dos aerogeradores de propriedade presente ou futura das SPEs e da cessão fiduciária dos direitos creditórios dessas SPEs, tudo conforme contratos firmados com a General Electric Company, além de fiança do Sr. Mario Araripe e do Salus Fundo de Investimento em Participações.

9 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 506.164.000 em 2016 e (R\$ 59.960.000 em 2015) e está representado por 506.164.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado é de R\$ 430.993.983 em 2016 e (R\$ 27.271.983 em 2015) e está representado por 430.993.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Aumento de capital

No exercício de 2016 foram realizadas subscrições de capital no montante de R\$ 446.204.000 e integralizado capital no montante de R\$ 280.213.966, por meio de AGE (Assembleia Geral Extraordinária).

No exercício de 2016, além dos atos societários apresentados acima, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 123.508.034.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

10 Imposto de renda e contribuição social

Os débitos de imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não há saldos de impostos correntes registrados pela Companhia.

11 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Encargos de transmissão e conexão	-	-	(225.125)	-
Pessoal	-	-	(765.051)	(23.225)
Serviços de terceiros	(90.475)	(12.791)	(6.979.131)	(159.962)
Arrendamentos e aluguéis	(21.408)	(93.160)	(66.574)	(93.160)
Seguros	-	-	(819.265)	(187.944)
Viagens, diárias e ajuste de custos	(4.527)	(10.124)	(178.069)	(14.242)
Despesas tributárias	(833.794)	(2.645)	(1.007.474)	(2.705)
Depreciação	-	-	(392)	-
Gastos diversos	(468.767)	(123.634)	(6.577.634)	(478.375)
Indenização	-	-	-	(111.731)
	(1.418.971)	(242.354)	(16.618.715)	(1.071.344)

12 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2016
Receitas financeiras				
Rendimentos aplicações financeiras	2.487.636	2.294	2.487.636	3.938
Descontos obtidos	-	-	1.968	-
Outras receitas	-	-	4	-
	2.487.636	2.294	2.489.608	3.938
Despesas financeiras				
Juros pagos e/ou incorridos	(14.408)	(469)	(78.942)	(722)
Taxas e tarifas bancárias	(2.489)	(1.213)	(37.179)	(15.247)
Juros, comissões e outras despesas bancárias	(262.000)	(166.021)	(262.000)	(166.021)
Multas	(87.368)	(2.395)	(100.008)	(3.411)
IOF	(996)	-	(1.778)	(1)
	(367.261)	(170.099)	(479.907)	(185.402)
	(2.120.375)	(167.805)	(2.009.701)	(181.464)

13 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Passivo				
Fornecedor (6) (a)	21.554	-	573.411	-
Total	21.554	-	28.600.503	-
Resultado				
Compartilhamento de despesa (a)	398.602	-	4.642.892	-
Total	398.602	-	4.642.892	-

- (a) A Companhia possui despesas no valor de R\$ 398.602 e R\$ 4.642.892 no consolidado, e um contas a pagar no valor de R\$ 21.554 e R\$ 573.411 no consolidado, decorrentes do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.

14 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora				Consolidado			
	2016		2015		2016		2015	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	7.348	7.348	8.677	8.677	8.998.473	8.998.473	1.707.612	1.707.612
Fornecedores	792.054	792.054	770.500	770.500	16.041.254	16.041.254	1.000.307	1.000.307
Empréstimos	-	-	-	-	846.787.723	846.787.723	-	-
Total	799.402	799.402	779.177	779.177	871.827.450	871.827.450	2.707.919	2.707.919

b. Instrumentos financeiros por categoria

	2016		2015	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Controladora				
Caixas e equivalentes de caixa	7.348	-	8.677	-
Consolidado				
Caixas e equivalentes de caixa	8.998.473	-	1.707.612	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Controladora				
Fornecedores	-	792.054	-	768.500
Consolidado				
Fornecedores	-	16.041.254	-	1.000.307
Empréstimo	846.787.723	-	-	-

c. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2016 e 2015 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (*Capital expenditure*) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

d. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Controladora					
Fornecedores e outras contas a pagar	770.500	770.500	-	-	-
Total	770.500	770.500	-	-	-
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	1.000.307	1.000.307	-	-	-
Total	1.000.307	1.000.307	-	-	-

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Controladora					
Fornecedores e outras contas a pagar	792.054	792.054	-	-	-
Total	792.054	792.054	-	-	-
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	16.041.254	16.041.254	-	-	-
Empréstimos	846.787.723	846.787.723	-	-	-
Total	862.828.977	862.828.977	-	-	-

15 Eventos subsequentes

Os empréstimos divulgados na nota 8 tiveram seus vencimentos **postergados para 31 de maio de 2017, conforme aditivo firmado em 23 de março de 2017** entre as investidas, o Banco Santander e a Companhia